

ETNOGEOGRAFIA NA GESTÃO AMBIENTAL: INTERFACES E POTENCIALIDADES¹

Letícia Vieira Gomes ²
Thiago Wentzel de Melo Vieira ³
Guilherme Hissa Villas Boas ⁴

INTRODUÇÃO

No último quarto do século XX, a preocupação com a questão ambiental e a qualidade de vida da sociedade ganhou destaque globalmente, ao passo que se assimilava a relevância do processo de uma gestão participativa. As relações entre humanidade e meio ambiente requerem ações regulatórias que levem em conta a complexidade dos temas existentes e territorialidades que estão, muitas vezes, além das fronteiras políticas, pois diferentes culturas possuem distintas lógicas de vivências e interações com o ambiente (Bursztyn & Bursztyn, 2012).

À vista disso, desconsiderar essa diversidade gera conflitos, injustiças e apagamentos na gestão ambiental. Ao ignorar o potencial dos saberes populares, justamente daqueles grupos que historicamente preservaram a qualidade das áreas naturais, por exemplo, a gestão ambiental acaba por negligenciar uma das possíveis vias para alcançar os objetivos a que se propõe, isto é, de assegurar uma sustentável relação sociedade-natureza.

Uma potencial forma de lidar com, ou até mesmo evitar, tais conflitos é incorporando os saberes populares no planejamento e gestão ambiental, o que pode ser alcançado de múltiplas formas, inclusive por meio da etnogeografia (Ribeiro, 2016). Com pouco mais de meio século de existência, o campo etnogeográfico volta a ganhar espaço na geografia, que, por sua vez, vem integrando a visão do observado a suas pesquisas, uma vez que se busca uma saída para a dicotomia de produção de conhecimento pesquisador-pesquisado, sujeito-objeto.

É compreendendo o valor que esses conhecimentos *outros* podem ter para a gestão ambiental que surge esta pesquisa, com o objetivo de elaborar uma revisão teórico-metodológica sobre a etnogeografia e demonstrar sua importância para o campo da gestão ambiental. Para tanto, foram realizadas pesquisas em portais de divulgação científica tendo como base palavras-chave como “etnogeografia” e “etnociência”. Textos que abordavam o conhecimento popular e diferentes percepções e representações do espaço, da natureza e do

¹ Este trabalho é resultado das atividades de pesquisa da primeira autora e contou com bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPq.

² Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, leticiaavgomes@ufrj.br;

³ Doutor em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, wentzelgeo@gmail.com;

⁴ Doutor em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, guilherme.hissa@igeo.ufrj.br.

mundo foram lidos, analisados e organizados em três categorias: discussão teórica, estudos de caso e aplicação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Claval (1999), as comunidades transformam o espaço onde vivem segundo suas necessidades materiais e relacionais. Assim, conhecimentos, técnicas, materiais e formas adequadas de apropriação e transformação do espaço são necessários e produzidos (*ibid.*). É nessa relação homem, cultura e espaço que surgem os saberes vernaculares, expressão que se difundiu a partir de 1990, e que se contrapõe ao saber científico (Claval, 2015).

Segundo Diegues (1996), é necessário analisar as representações que grupos fazem de seu ambiente, já que é com base nelas que estes agem sobre o espaço. É aqui que entram as etnociências, um campo que “tenta analisar os sistemas cognitivos – as crenças sobre a realidade – que são característicos de um determinado universo cultural-linguístico, e teorizar sobre uma base transcultural” (Blaut, 1970, p. 66). A etnogeografia surge, assim, interessada nas práticas e conhecimentos espaciais de um determinado grupo, preocupada em olhar para esse saber outro de forma não etnocêntrica. Ela partilha raízes com a etnobotânica, que surge em 1895, etnozootologia (1914) e a etnografia (virada do século XX).

Cada cultura produz um tipo particular de interpretação do mundo, da natureza e da sociedade e compreendê-las é o tema central da etnogeografia (Claval, 2003). Ela vem como um meio de fomentar o diálogo entre o saber científico e o saber vernáculo. Integrar ambas as visões é englobar novas perspectivas e abordagens para compreender e resolver problemas, além de promover a participação de comunidades tradicionais nas tomadas de decisões.

METODOLOGIA

Para revisar este campo de conhecimento, uma pesquisa foi conduzida em diversos portais de divulgação científica (Periódico CAPES, *SpringerLink*, *Taylor & Francis Online*, *ResearchGate*, *OpenEdition Journals*, *Persée* e *Google Scholar*) com palavras-chave relacionadas ao campo etnogeográfico: “Etnogeografia” (e suas variações em inglês e francês, “*ethnogeography*” e “*ethnogéographie*”); “Etnociência” (“*ethnoscience*”); e “Etnografia” (“*ethnography*” e “*ethnographie*”). Etnografia e etnociência foram empregadas juntas de outras palavras-chave para resultados menos abrangentes, sendo elas: “geografia cultural”, “geografia vernacular” e “espaço vivido”.

A escolha de incluir as variações em inglês e francês foi visando o maior número de publicações e origens diferentes, além de abranger também textos mais antigos, ligados às

escolas Francesa, Alemã e Americana de geografia, as quais foram e são importantes referências do século XX. Discutir diferentes percepções e representações do espaço, da natureza e do mundo, abordando, assim, o conhecimento popular foi um dos critérios para a leitura dos textos, além, claro, do uso das palavras-chave já mencionadas.

Os 128 textos selecionados foram organizados em três categorias: discussão teórica (textos dedicados ao desenvolvimento teórico do campo), estudo de caso (pesquisas etnogeográficas) e aplicação (textos que não são dedicados exclusivamente à etnogeografia, mas que aplicam o conceito de alguma forma). Concomitantemente à organização, aconteceu a leitura, fichamento e análise do material levantado. O prefixo “etno” e o próprio conceito “etnogeografia” foram procurados utilizando uma ferramenta de busca de palavras nos textos. Os capítulos e partes em que havia o uso das principais palavras-chave já mencionadas foram lidos, além da introdução e conclusão quando estas fossem presentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 128 textos levantados, 70 se tratavam de pesquisas etnogeográficas, formando maioria com 54,69%; 35 textos aplicavam o conceito, mas não tratavam apenas desse campo de conhecimento, ou seja, fazem parte da categoria “aplicação”; e os 23 textos restantes eram discussões teóricas quanto ao campo. Durante a pesquisa, ficou evidente a polissemia do termo “etnogeografia”. Duas interpretações conceituais foram encontradas: a primeira, presente em 115 dos textos, empregava o termo como o sistema de saberes-fazer vernaculares de um grupo específico; a segunda, empregada em apenas 13 textos, se referia ao termo como o estudo da composição e distribuição de grupos sob o ponto de vista étnico.

No que toca à assimilação do radical *etno* nas ciências, o processo começou pelas chamadas ciências naturais. De acordo com Claval (1999), ao pesquisar os conhecimentos botânicos de tribos indígenas o americano John W. Harshberger cunhou, em 1895, o termo etnobotânica. Um pouco mais tarde, em 1914, Henderson e Harrington conceberam a etnozootologia e, em seguida, no ano de 1944, a definição de etnobiologia foi elaborada por Castetter (Claval, 1999). A virada do século XX também foi marcada pela emergência da etnografia. A obra “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, de Malinowski (1976 [1922]), formulou o modelo etnográfico, por ter introduzido a pesquisa de campo intensiva e por sua obsessão com a busca do ponto de vista nativo.

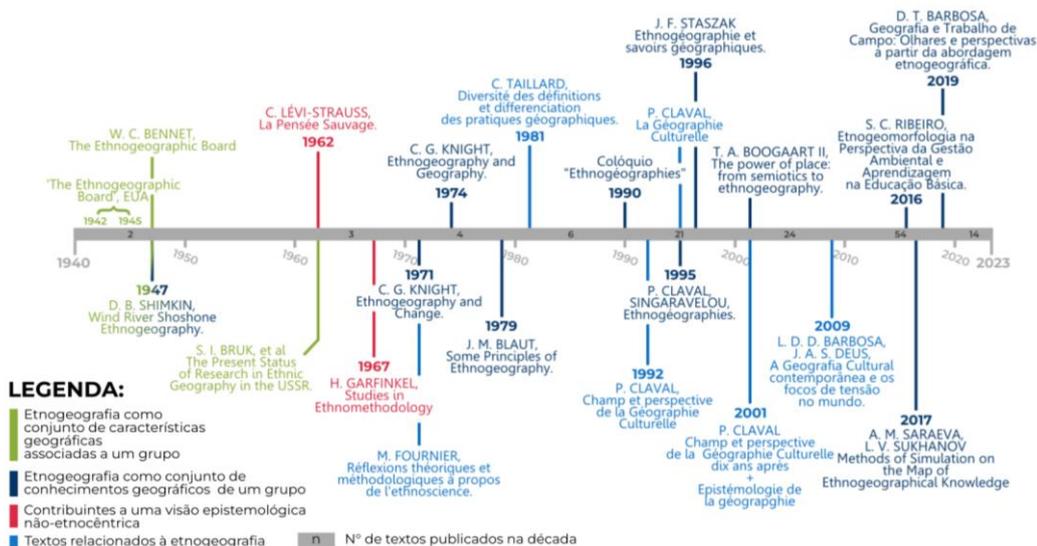
A etnogeografia surge na esteira desses campos, tendo em vista seu viés espacial (Claval, 1999). O termo já era utilizado anteriormente, mas com outro significado: a etnogeografia como o estudo da composição e distribuição de grupos sob o ponto de vista

étnico. Esse significado aparece em apenas 13 dos textos levantados, resultado do recorte temporal da pesquisa (1940 a 2023), que coincide com o início da aplicação do conceito com seu mais novo olhar.

Fragmentos de três autores que discutem o conceito e o campo etnogeográfico se complementam e dão uma plena visão da essência da etnogeografia. Ela é a “visão global das representações que uma sociedade tem do mundo, da natureza e das características espaciais da vida relacional” (Claval, 1992, p. 28). Etnogeografia se trata da percepção que a sociedade tem do ambiente do qual faz parte, e dos seus processos naturais e culturais (Knight, 1971). Etnogeografia é como as pessoas “constroem, usam e conceitualizam seu ambiente e como este, em troca, cultiva certas ideias, relações e ações rituais nos humanos” (Boogaart, 2001). Assim, quando tratamos de etnogeografia, estamos nos referindo aos conhecimentos geográficos que certo grupo tem quanto ao espaço em que vive.

A figura 1 traz uma linha do tempo com alguns dos trabalhos encontrados durante a pesquisa. Aqui, os marcos foram escolhidos pois representam momentos importantes na evolução da etnogeografia e exemplificam como ela foi construída. Os marcos estão divididos em quatro categorias, que indicam como o termo estava sendo aplicado, e também produções determinantes para a visão epistemológica não-etnocêntrica no geral.

Figura 1 - A etnogeografia ao longo do tempo (1940-2023)



Fonte: Elaboração própria.

Em 1971, C. Gregory Knight publicou “Ethnogeography and Change”, entendido neste trabalho como o marco inicial da etnogeografia vista como o conjunto de conhecimentos geográficos de um grupo, olhando para tal com uma tentativa de não reproduzir o etnocentrismo (Knight, 1971). Aqui, o autor usa o termo tanto para essa percepção da sociedade quanto para

o estudo dela. É a etnogeografia também como um campo de estudo, que debateria esse tipo de conhecimento cultural de um grupo acumulado e modificado ao longo de tempo, em um aprendizado progressivo sobre o ambiente que ocupa. No fim da mesma década, em 1979, J. M. Blaut dá mais alguns passos quanto à caracterização do campo etnogeográfico com seu artigo “Some principles of ethnogeography”. Contudo, segundo Claval (1992), foi só quando C. Taillard faz uma breve menção ao conceito, em 1981, que este se popularizou.

A década de 1990 e o início dos anos 2000 são marcados por um aumento nas produções ligadas ao tema, o que se reflete no aumento de reflexões teóricas quanto a ele. Claval em diversos momentos, como podemos observar na figura 1, discorre sobre a etnogeografia. Configurando-a como um campo da Geografia Cultural, ele defende que a abordagem etnogeográfica “é tão útil quando aplicada às sociedades contemporâneas como quando é mobilizada nos contextos primitivos ou tradicionais para os quais foi imaginada” (Claval, 2001, p. 23). O autor deixa claro o porquê acha proveitoso se aventurar no campo:

Cada cultura produz um tipo particular de interpretação do mundo, do meio e da sociedade. Estudar geografia não é somente explicar o que vemos e mapeamos. É compreender os conhecimentos geográficos e as interpretações do ambiente que as sociedades que ocupam tal ou qual lugar desenvolveram. Este trabalho de descentralidade é apaixonante e condiciona a validade de tudo o que podemos dizer sobre as sociedades estrangeiras ou sobre as sociedades do passado. Tal é o tema central da etnogeografia (Claval, 2003, p. 21).

Staszak (1996) faz um levantamento do campo etnogeográfico, discutindo problemas metodológicos e epistemológicos. Ao fazê-lo, identifica os principais temas que envolvem e/ou convocam a etnogeografia, são eles: colonização; geografia histórica; ecologia de subsistência; história da cultura; biogeografia; mudanças culturais; etnicidade como abordagem etnogeográfica; usos da terra; distribuição populacional; e habitat moderno, enfatizando a cultura.

Se por um lado a etnogeografia evoca e ressalta a importância dos conhecimentos vernaculares, por outro, as instituições governamentais voltadas para a gestão ambiental são controladas por técnicos que consideram o conhecimento científico a única base viável para a gestão ambiental. Nesse sentido, Diegues (2019) considera que reconhecer a importância do conhecimento científico na gestão dos recursos naturais deve partir de um entendimento de que os portadores desses saberes vernaculares, isto é, das comunidades tradicionais, têm o direito de permanecer em seu território e continuar exercendo seu modo de vida associado ao conhecimento obtido por meio da observação e da experimentação dos processos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado por Claval (1992, p. 32), “os preceitos organizadores do espaço são diversos demais para serem encarados equitativamente”. Ao considerar o princípio que devemos olhar para o espaço e analisá-lo com a visão de quem o vivencia e constrói, a etnogeografia se faz relevante tanto para a pesquisa geográfica, como para o processo de gestão ambiental. Com a etnogeografia, há a tentativa de visibilizar povos e culturas sub-representadas que tiveram sua memória apagada pelos processos de civilização promovidos pelas sociedades modernas (Moura, 2019). Assim, ela se faz uma ferramenta contra o etnocentrismo acadêmico, além de ter importantes reflexos espaciais, sociais e políticos.

Diante da diversidade de povos indígenas, quilombolas e tradicionais existentes no território brasileiro, é fundamental a valorização dos estudos etnogeográficos para a gestão ambiental. Urge, portanto, a necessidade da inclusão da perspectiva dessas populações. Trata-se de considerar e legitimar o saber-fazer dessas populações na construção de uma gestão ambiental mais democrática e plural, que reconheça as diferentes formas de habitar os espaços.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais; Etnociência; Geografia Ambiental.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIBIC-UFRJ). Também somos gratos ao Instituto de Geociências da UFRJ (IGEO/UFRJ) e ao Departamento de Geografia pelo suporte institucional.

REFERÊNCIAS

BLAUT, J. M. Geographic Models of Imperialism. **Antipode**, v. 2, ed. 1, p. 65-85, 1970. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.1970.tb00477.x>.

_____. Some principles of ethnogeography. In: GALE S., OLSSON G. **Philosophy in Geography**. 1 ed. Dordrecht: D. Reidel, 1979, cap. 1, p. 1-7. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-009-9394-5_1.

BOOGAART II, T. A. The power of place: from semiotics to ethnogeography. New York: **GENESE**, Middle States Geographer, v. 34, p. 38-47, 2001. Disponível em: https://msaag.aag.org/wp-content/uploads/2013/05/5_Boogaart_II.pdf.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. Regulação, Políticas Públicas e Governança Ambiental. In: BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 139-178; 2012.

CLAVAL, P. Champ et perspectives de la géographie culturelle. **Géographies et Cultures**,

Paris, v. 1, p. 7-38. 1992. DOI: <https://doi.org/10.4000/gc.2448>.

_____. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. 453 p.

_____. Etnogeografias: conclusão. **Espaço e Cultura**. UERJ. 1999. p. 67 – 74.

_____. Champ et perspectives de la géographie culturelle dix ans après. **Géographies et Cultures**, Paris, v. 40, p. 5-28. 2001. DOI: <https://doi.org/10.4000/gc.13487>.

_____. A evolução recente da geografia cultural de língua francesa. Tradução: Margareth de Castro Afeche Pimenta. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 7-25, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13599/12466>.

_____. **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto. 2015.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p.

_____. Conhecimento, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, 2019. p. 116-126.

KNIGHT, C. G. Ethnogeography and Change. **Journal of Geography**, v. 70, p. 47–51, 1971. DOI: <https://doi.org/10.1080/00221347108981578>.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico Ocidental: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné**. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MOURA, D. A. S. Desenhos de Itinerário: Gênero cartográfico e cultura visual dos sertões do Brasil Meridional (1768-1774). **Terra Brasilis**, Niterói, v. 12. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabilis.5028>.

RIBEIRO, S. C. Etnogeomorfologia na Perspectiva da Gestão Ambiental e Aprendizagem na Educação Básica. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 6, n. 1, p. 175–190, 2016. DOI: 10.36403/espacoaberto.2016.5242. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5242>.